

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA	25
1. FONOLOGIA.....	26
1.1 Partição silábica	26
2. ACENTUAÇÃO GRÁFICA.....	27
2.1 Padrões de tonicidade.....	27
2.2 Encontros vocálicos.....	27
2.3 Regras gerais.....	27
3. ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA.....	28
3.1 Trema.....	28
3.2 Regras de acentuação.....	28
3.3 Hífen com compostos	28
3.4 Uso do hífen com palavras formadas por prefixos.....	29
4. ORTOGRAFIA	32
4.1 Alfabeto	32
4.2 Emprego da letra H.....	32
4.3 Emprego de E e I.....	32
4.4 Emprego de O e U.....	32
4.5 Emprego de G e J	33
4.6 Orientações sobre a grafia do fonema /s/	33
4.7 Emprego da letra Z	34
4.8 Emprego do X e do CH	34
4.9 Escreveremos com X.....	34
4.10 Escreveremos com CH.....	34
5. NÍVEIS DE ANÁLISE DA LÍNGUA.....	35
6. ESTRUTURA E FORMAÇÃO DE PALAVRAS.....	36
6.1 Estrutura das palavras.....	36
6.2 Radicais gregos e latinos	36
6.3 Origem das palavras de Língua Portuguesa.....	36
6.4 Processos de formação de palavras	37
6.5 Acrônimo ou sigla	37
6.6 Onomatopeia ou reduplicação	37
7. MORFOLOGIA	38
7.1 Substantivos	38
7.2 Artigo	38
7.3 Pronome	39
7.4 Verbo.....	43
7.5 Adjetivo.....	48

Sumário

7.6 Advérbio	50
7.7 Conjunção	50
7.8 Interjeição	51
7.9 Numeral	51
7.10 Preposição	53
8. SINTAXE BÁSICA	54
8.1 Período simples (oração)	54
8.2 Termos integrantes da oração	55
8.3 Termos acessórios da oração.....	55
8.4 Período composto	55
9. FUNÇÕES DO “SE”	58
9.1 Partícula apassivadora	58
9.2 Pronome reflexivo	58
9.3 Pronome recíproco	58
9.4 Partícula expletiva (de realce)	58
9.5 Pronome indeterminador do sujeito	58
9.6 Parte do verbo pronominal	58
9.7 Conjunção	58
10. FUNÇÕES DO “QUE”	59
10.1 Substantivo	59
10.2 Pronome.....	59
10.3 Interjeição	59
10.4 Preposição	59
10.5 Advérbio	59
10.6 Conjunção	59
10.7 Conjunção subordinativa	59
10.8 Partícula expletiva (de realce).....	59
11. CONCORDÂNCIA VERBAL E NOMINAL	60
11.1 Concordância verbal.....	60
11.2 Concordância nominal	61
12. REGÊNCIA VERBAL E NOMINAL.....	62
12.1 Regência verbal	62
12.2 Regência nominal	63
13. PARALELISMO.....	64
13.1 Paralelismo sintático	64
13.2 Paralelismo semântico.....	64

14. COLOCAÇÃO PRONOMINAL.....	65
14.1 Regras de próclise.....	65
14.2 Regras de mesóclise.....	65
14.3 Regras de ênclise.....	65
14.4 Casos facultativos.....	65
15. CRASE.....	66
15.1 Crase proibitiva.....	66
15.2 Crase obrigatória.....	66
15.3 Crase facultativa.....	66
16. PONTUAÇÃO.....	67
16.1 Principais sinais e usos.....	67
17. PARÁFRASE.....	69
17.1 Passos da paráfrase.....	69
18. REESCRITURA DE FRASES.....	70
18.1 Substituição de palavras ou de trechos de texto.....	70
18.2 Conectores de mesmo valor semântico.....	70
18.3 Retextualização de diferentes gêneros e níveis de formalidade.....	70
19. FIGURAS DE LINGUAGEM.....	73
19.1 Vícios de linguagem.....	74
19.2 Funções da linguagem.....	74
20. TIPOLOGIA TEXTUAL.....	76
20.1 Texto narrativo.....	76
20.2 Texto dissertativo.....	76
20.3 Texto descritivo.....	77
20.4 Conotação × denotação.....	78
21. GÊNEROS TEXTUAIS.....	79
21.1 Gêneros textuais e esferas de circulação.....	79
21.2 Exemplos de gêneros textuais.....	79
22. COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS.....	82
22.1 Ideias preliminares sobre o assunto.....	82
22.2 Semântica ou pragmática?.....	82
22.3 Questão de interpretação.....	82
22.4 Dicas para interpretação.....	82
22.5 Dicas para organização.....	83
23. TIPOS DE DISCURSO.....	85
23.1 Discurso direto.....	85

Sumário

23.2 Discurso indireto	85
23.3 Discurso indireto livre	85
24. REDAÇÃO DE CORRESPONDÊNCIAS OFICIAIS.....	86
24.1 Aspectos Gerais da Redação Oficial	86
24.2 Redação das Comunicações Oficiais	88
NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL.....	105
1. INTRODUÇÃO AO DIREITO CONSTITUCIONAL	106
1.1 Noções gerais.....	106
2. TEORIA GERAL DA CONSTITUIÇÃO	107
2.1 Conceito de constituição e princípio da supremacia da constituição ..	107
2.2 Classificação das constituições	107
2.3 Poder constituinte.....	108
2.4 Classificação das normas constitucionais quanto à sua eficácia	108
2.5 Emendas constitucionais	109
3. INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS E CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	110
3.1 Interpretação das normas constitucionais	110
3.2 Controle de constitucionalidade	110
3.3 Controle de constitucionalidade no Brasil	111
4. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS	114
4.1 Princípio da tripartição dos poderes	114
4.2 Princípio federativo	114
4.3 Princípio republicano	115
4.4 Presidencialismo	115
4.5 Regime democrático	115
4.6 Fundamentos da República Federativa do Brasil	116
4.7 Objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil	116
4.8 Princípios que regem as relações internacionais do Brasil.....	116
5. DIREITOS FUNDAMENTAIS – REGRAS GERAIS	118
5.1 Conceito	118
5.2 Classificação.....	118
5.3 Características.....	118
5.4 Dimensões dos direitos fundamentais.....	118
5.5 Titulares dos direitos fundamentais	119
5.6 Cláusulas pétreas fundamentais	119
5.7 Eficácia dos direitos fundamentais	119
5.8 Força normativa dos tratados internacionais.....	120

5.9 Tribunal Penal Internacional (TPI)	120
5.10 Direitos e garantias.....	120
6. DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS.....	121
6.1 Direito à vida	121
6.2 Direito à igualdade	121
6.3 Direito à liberdade.....	122
6.4 Direito à propriedade.....	124
6.5 Direito à segurança.....	125
6.6 Remédios constitucionais	130
7. PODER EXECUTIVO.....	133
7.1 Princípios constitucionais	133
7.2 Presidencialismo	133
8. PODER JUDICIÁRIO	138
8.1 Disposições gerais	138
8.2 Composição dos órgãos do Poder Judiciário.....	139
8.3 Análise das competências dos órgãos do Poder Judiciário.....	144
9. FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA.....	148
9.1 Ministério Público.....	148
9.2 Advocacia Pública	152
9.3 Advocacia	154
10. DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS	156
10.1 Sistema constitucional de crises	156
10.2 Forças Armadas	158
10.3 Órgãos de segurança pública	159
NOÇÕES DE DIREITO PENAL	162
1. DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL.....	163
1.1 Conceitos importantes	163
1.2 Características da lei penal.....	163
1.3 Classificação da lei penal.....	163
1.4 Princípios do Direito Penal	163
1.5 Classificação e estrutura da lei penal	167
1.6 Fontes do Direito Penal	168
1.7 Analogia.....	168
1.8 Interpretação de lei penal	169
1.9 Lei penal no tempo	169
1.10 Súmula nº 711 – STF	171
1.11 Lei penal no espaço	171

Sumário

1.12 Extraterritorialidade da lei penal brasileira.....	172
1.13 Pena cumprida no estrangeiro	173
1.14 Eficácia de sentença estrangeira	173
1.15 Contagem de prazo	174
1.16 Frações não computáveis da pena	174
1.17 Conflito aparente de normas.....	174
2. TEORIA DO CRIME.....	176
2.1 Classificação de crimes e contravenções.....	176
2.2 Infração penal.....	176
2.3 Sujeitos	177
2.4 Critério de crime	177
2.5 Fato típico	178
2.6 Etapas da realização do delito – iter criminis.....	181
2.7 Situações que impedem a responsabilização do agente pelo resultado	181
2.8 Teoria do erro	182
2.9 Discriminantes putativas.....	184
2.10 Ilícitude.....	184
3. CULPABILIDADE	186
3.1 Elementos da culpabilidade	186
4. CONCURSO DE PESSOAS	189
4.1 Concurso de pessoas em crimes culposos	189
4.2 Crime omissivo	189
4.3 Punibilidade no concurso de pessoas.....	189
4.4 Comunicabilidade das circunstâncias, condições e elementares.....	190
4.5 Participação impunível	190
5. CRIMES CONTRA A PESSOA	191
5.1 Crimes contra vida	191
5.2 Lesões corporais	198
5.3 Rixa	204
5.4 Crimes contra a honra	204
5.5 Crimes contra a liberdade individual.....	206
6. CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO	214
6.1 Furto.....	214
6.2 Furto de coisa comum.....	216
6.3 Roubo e extorsão	217

6.4 Dano.....	220
6.5 Apropriação indébita	220
6.6 Estelionato e outras fraudes.....	221
6.7 Receptação	224
7. CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	226
7.1 Atentado contra a liberdade de trabalho	226
7.2 Atentado contra a liberdade de contrato de trabalho e boicotagem violenta.....	226
7.3 Atentado contra a liberdade de associação	227
7.4 Paralisação de trabalho, seguida de violência ou perturbação da ordem	227
7.5 Paralisação de trabalho de interesse coletivo.....	227
7.6 Invasão de estabelecimento industrial, comercial ou agrícola. Sabotagem.....	227
7.7 Frustração de direito assegurado por lei trabalhista	228
7.8 Frustração de lei sobre a nacionalização do trabalho.....	228
7.9 Exercício de atividade com infração de decisão administrativa.....	228
7.10 Aliciamento para o fim de emigração	229
7.11 Aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional.....	229
8. CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO E CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS	230
8.1 Crimes contra o sentimento religioso	230
8.2 Crimes contra o respeito aos mortos	230
9. CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL	232
9.1 Crimes contra a liberdade sexual	232
9.2 Exposição da intimidade sexual.....	234
9.3 Crimes sexuais contra vulnerável	234
9.4 Lenocínio e do tráfico de pessoa para fim de prostituição ou outra forma de exploração sexual	237
9.5 Ultraje público ao pudor.....	239
9.6 Disposições gerais	240
10. CRIMES CONTRA A FAMÍLIA	241
10.1 Crimes contra o casamento	241
10.2 Crimes contra o estado de filiação.....	242
10.3 Crimes contra a assistência familiar	243
10.4 Crimes contra o pátrio poder, tutela curatela	244
11. CRIMES CONTRA INCOLUMIDADE PÚBLICA.....	245

Sumário

11.1 Crimes de perigo comum	245
11.2 Crimes contra a segurança dos meios de comunicação e transporte e outros serviços públicos.....	249
11.3 Crimes contra saúde pública	252
12. CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA	259
12.1 Incitação ao crime	259
12.2 Apologia de crime ou de criminoso.....	259
12.3 Associação criminosa.....	259
12.4 Constituição de milícia privada	259
13. CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA.....	261
13.1 Moeda falsa.....	261
13.2 Falsidade documental.....	262
13.3 Fraudes em certames de interesse público.....	266
14. CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	268
14.1 Crimes funcionais	268
14.2 Conceito de funcionário público	268
14.3 Crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral.....	269
14.4 Crimes praticados por particular contra a administração em geral ...	275
14.5 Crimes em licitações e contratos administrativos.....	278
14.6 Crimes contra a administração da justiça	281
14.7 Crimes contra as finanças públicas	286
NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL	289
1. INTRODUÇÃO AO DIREITO PROCESSUAL PENAL	290
1.1 Lei Processual Penal no espaço.....	290
1.2 Lei Processual Penal no tempo.....	290
1.3 Interpretação da Lei Processual Penal.....	290
2. INQUÉRITO POLICIAL.....	291
2.1 Conceito de inquérito policial	291
2.2 Natureza jurídica	291
2.3 Características do inquérito policial	291
2.4 Valor probatório do inquérito policial	292
2.5 Vícios.....	292
2.6 Procedimento investigatório face aos servidores vinculados aos órgãos da segurança da pública	292
2.7 Incomunicabilidade.....	293
2.8 Notícia crime.....	293

2.9 Prazos para conclusão do inquérito policial.....	293
3. AÇÃO PENAL	295
3.1 Condições da ação penal.....	295
3.2 Espécies de ação penal	295
3.3 Ação penal incondicionada.....	295
3.4 Princípios que regem a ação penal incondicionada.....	295
3.5 Ação penal pública condicionada	295
3.6 Ação penal privada exclusiva	296
3.7 Ação penal privada subsidiária da pública	296
3.8 Ação penal personalíssima	296
3.9 Denúncia e queixa.....	296
3.10 Acordo de não persecução penal.....	296
3.11 Da ação penal.....	297
4. JURISDIÇÃO	300
4.1 Características da jurisdição	300
4.2 Princípios da jurisdição	300
4.3 Inevitabilidade da jurisdição	300
4.4 Inafastabilidade da jurisdição	300
5. COMPETÊNCIA	301
5.1 Competência em razão da matéria.....	301
5.2 Competência em razão da pessoa	301
5.3 Competência territorial.....	301
5.4 Conexão e continência	302
5.5 Competência criminal do STF.....	303
5.6 Competência criminal do STJ.....	303
5.7 Competência criminal da Justiça Federal.....	304
6. PROVAS.....	305
6.1 Conceito	305
6.2 Cadeia de custódia	305
6.3 Classificação das provas.....	306
7. SUJEITOS PROCESSUAIS.....	310
7.1 Juiz.....	310
7.2 Ministério Público.....	310
7.3 Acusado e seu defensor.....	310
7.4 Assistentes.....	311
7.5 Funcionários da Justiça	311
7.6 Peritos e intérpretes	311

Sumário

8. PRISÕES.....	312
8.1 Conceito	312
8.2 Espécies de prisão cautelar.....	312
9. RECURSOS EM ESPÉCIE.....	315
9.1 Recurso em Sentido Estrito (RESE)	315
9.2 Apelação.....	315
9.3 Processo e julgamento dos Recursos em Sentido Estrito e das apelações, nos Tribunais de Apelação.....	316
10. LEI Nº 9.099/1995 – JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS.....	318
10.1 Juizados Especiais Criminais (JECRIM).....	318
11. LEI Nº 7.210/1984 – LEI DE EXECUÇÃO PENAL.....	321
11.1 Objeto e aplicação da lei de execução penal.....	321
11.2 Condenado e internado	321
11.3 Departamentos Penitenciários.....	335
12. HABEAS CORPUS E SEU PROCESSO	352
12.1 Espécies de HC	352
12.2 Outra denominação	352
12.3 Cabimento	352
12.4 Sujeitos.....	352
12.5 Formalidades.....	352
13. PROCESSOS DOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS.....	354
13.1 Defesa preliminar do art. 514 cpp.....	354
13.2 Concurso de pessoas e concurso de crimes	354
13.3 Prerrogativa de foro por função.....	354
14. LEI Nº 7.960/1989 - PRISÃO TEMPORÁRIA	355
14.1 Aspectos iniciais	355
14.2 Requisitos (art. 1º).....	355
14.3 Prazo e legitimidade (arts. 2º e 3º)	356
14.4 Aplicação do CPP.....	357
NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO	358
1. INTRODUÇÃO AO DIREITO ADMINISTRATIVO.....	359
1.1 Ramos do Direito.....	359
1.2 Conceito de Direito Administrativo	359
1.3 Objeto do Direito Administrativo	359
1.4 Fontes do Direito Administrativo.....	359
1.5 Sistemas Administrativos.....	360

1.6 Regime jurídico administrativo.....	360
1.7 Noções de Estado.....	360
1.8 Noções de governo.....	361
2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	361
2.1 Classificação de Administração Pública.....	361
2.2 Organização da Administração.....	362
2.3 Administração Direta.....	362
2.4 Administração Indireta.....	362
3. ÓRGÃO PÚBLICO.....	367
3.1 Teorias.....	367
3.2 Características.....	367
3.3 Classificação.....	367
3.4 Estrutura.....	367
3.5 Atuação funcional/composição.....	368
3.6 Paraestatais.....	368
3.7 Organizações da Sociedade Civil (OSC).....	368
3.8 Organizações Não Governamentais (ONGs).....	369
4. AGENTES PÚBLICOS.....	370
4.1 Conceito.....	370
4.2 Classificação.....	370
5. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	371
5.1 Classificação.....	371
5.2 Princípios explícitos da Administração Pública.....	371
5.3 Princípios implícitos da Administração Pública.....	372
6. DEVERES E PODERES ADMINISTRATIVOS.....	375
6.1 Deveres.....	375
6.2 Poderes administrativos.....	375
7. ATO ADMINISTRATIVO.....	379
7.1 Conceito de ato administrativo.....	379
7.2 Elementos de validade do ato administrativo.....	379
7.3 Atributos do ato administrativo.....	379
7.4 Classificação dos atos administrativos.....	380
7.5 Extinção dos atos administrativos.....	382
8. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	383
8.1 Classificação.....	383
8.2 Controle administrativo.....	384
8.3 Controle legislativo.....	384

Sumário

8.4 Controle judiciário	386
9. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO.....	387
9.1 Teoria do risco administrativo	387
9.2 Teoria da culpa administrativa	387
9.3 Teoria do risco integral.....	387
9.4 Danos decorrentes de obras públicas.....	387
9.5 Responsabilidade civil decorrente de atos legislativos	387
9.6 Responsabilidade civil decorrente de atos jurisdicionais.....	387
9.7 Ação de reparação de Danos	387
9.8 Ação regressiva	388
LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE	389
1. LEI Nº 8.072/1990 – LEI DE CRIMES HEDIONDOS	390
1.1 Crimes equiparados a hediondos	390
1.2 Privilégios não aplicados aos crimes hediondos	391
1.3 Regime inicial	391
1.4 Prisão temporária	391
1.5 Alterações no Código Penal.....	391
2. LEI Nº 13.869/2019 – ABUSO DE AUTORIDADE.....	392
2.1 Aspectos gerais.....	392
2.2 Sujeitos do crime e características gerais	392
2.3 Bem jurídico e sujeito passivo.....	393
2.4 Elemento subjetivo	393
2.5 Ação penal e competência	393
2.6 Efeitos da condenação e penas restritivas de direitos	394
2.7 Sanções de natureza civil e administrativa.....	394
2.8 Divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas	395
2.9 Procedimento	395
2.10 Crimes em espécie	395
3. LEI Nº 9.455/1997 – LEI DE TORTURA	406
3.1 Lesão corporal de natureza grave	407
3.2 Lesão corporal de natureza gravíssima	407
4. CRIMES E INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS NO ECA	410
4.1 Crimes em espécie	410
4.2 Infrações administrativas.....	412
5. LEI Nº 10.826/2003 - ESTATUTO DO DESARMAMENTO.....	414

5.1	Conceitos introdutórios	414
5.2	Dos crimes e das penas.....	419
6.	LEI Nº 9.605/1998 – CRIMES CONTRA O AMBIENTE	427
6.1	Apreensão do produto e do instrumento de infração administrativa ou de crime	427
6.2	Crimes contra o meio ambiente.....	427
6.3	Crimes contra a flora	430
6.4	Poluição e outros crimes ambientais.....	433
6.5	Crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural.....	434
6.6	Crimes contra a administração ambiental.....	435
7.	LEI Nº 11.340/2006 - LEI MARIA DA PENHA	437
7.1	Origem da Lei Maria da Penha	437
7.2	Objetivos.....	437
7.3	Direitos das mulheres.....	437
7.4	Sujeitos da violência doméstica e familiar contra a mulher	437
7.5	Alcance da Lei	438
7.6	Formas de violência doméstica e familiar contra a mulher.....	438
7.7	Requisitos para aplicar a Lei Maria da Penha	439
7.8	Da assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar	439
7.9	Aspectos processuais relevantes	441
7.10	Medidas protetivas de urgência	442
7.11	Da equipe de atendimento multidisciplinar	445
7.12	Disposições transitórias.....	445
7.13	Disposições finais.....	446
7.14	Alterações legislativas.....	446
8.	LEI Nº 11.343/2006 - LEI DE DROGAS (SISNAD).....	447
8.1	Sistema nacional de políticas públicas sobre drogas	447
8.2	Formulação das políticas sobre drogas.....	448
8.3	Atividades de prevenção do uso indevido, Fique ligado e reinserção social de usuários e dependentes de drogas	448
8.4	Repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas....	451
8.5	Cooperação internacional	455
9.	LEI Nº 12.830/2013 – INVESTIGAÇÃO CRIMINAL CONDUZIDA PELO DELEGADO	456
10.	LEI Nº 12.850/2013 – LEI DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA.....	457
10.1	Breve histórico da organização criminosa.....	457

Sumário

10.2 Convenção de Palermo	457
10.3 Conceito de organização criminosa	457
10.4 Meios de obtenção de prova.....	459
10.5 Ação controlada	462
10.6 Infiltração de agentes	463
10.7 Acesso a registros, dados cadastrais, documentos e informações ...	464
10.8 Crimes ocorridos na investigação e na obtenção da prova	464
11. APLICAÇÃO DA LEI PENAL MILITAR	466
11.1 Princípio da Legalidade.....	466
11.2 Lei Supressiva de Incriminação	466
11.3 Medidas de Segurança	466
11.4 Lei Excepcional ou Temporária	466
11.5 Tempo do Crime.....	466
11.6 Lugar do Crime.....	466
11.7 Territorialidade e Extraterritorialidade	466
11.8 Pena Cumprida no Estrangeiro	467
12. CRIMES PROPRIAMENTE E IMPROPRIAMENTE MILITARES.....	468
12.1 Crimes Militares em Tempo de Paz.....	468
12.2 Crimes Militares em Tempo de Guerra	469
12.3 Militares Estrangeiros	469
12.4 Equiparação a Militar da Ativa	469
12.5 Militar da Reserva ou Reformado	469
12.6 Defeito de Incorporação	469
12.7 Tempo de Guerra	469
12.8 Contagem de Prazo	469
12.9 Legislação Especial	469
12.10 Crimes Praticados em Prejuízo de País Aliado	469
12.11 Infrações Disciplinares.....	469
12.12 Crimes Praticados em Tempo de Guerra.....	469
12.13 Assemelhado	469
12.14 Pessoa Considerada Militar	469
12.15 Equiparação a Comandante.....	470
12.16 Conceito de Superior.....	470
12.17 Crime Praticado em Presença do Inimigo	470
12.18 Referência a “Brasileiro” ou “Nacional”	470
12.19 Estrangeiros	470
12.20 Os Que se Compreendem como Funcionários da Justiça Militar	470
12.21 Casos de Prevalência do Código Penal Militar	470

13. DO CRIME	471
13.1 Relação de Causalidade	471
13.2 Superveniência de Causa Relativamente Independente	471
13.3 Omissão e Sua Relevância.....	471
13.4 Crime Consumado e Tentado.....	471
13.5 Desistência Voluntária e Arrependimento Eficaz.....	471
13.6 Crime Impossível.....	471
13.7 Tipicidade Subjetiva.....	471
13.8 Nenhuma Pena Sem Culpabilidade	471
13.9 Erro de Direito	471
13.10 Erro de Fato.....	471
13.11 Erro Sobre a Pessoa	472
13.12 Coação Irresistível	472
13.13 Obediência Hierárquica	472
13.14 Estado de Necessidade Com Excludente de Culpabilidade	472
13.15 Coação Física ou Material	472
13.16 Atenuação de Pena	472
13.17 Exclusão do Crime.....	472
13.18 Excesso Culposo	473
13.19 Excesso Escusável	473
13.20 Excesso Doloso	473
13.21 Elementos Não Constitutivos do Crime	473
14. DA IMPUTABILIDADE PENAL.....	474
14.1 Inimputáveis	474
14.2 Menores e Equiparação a Maiores.....	474
15. CONCURSO DE AGENTES	475
15.1 Condições ou Circunstâncias Pessoais	475
15.2 Agravação e Atenuação da Pena.....	475
15.3 Cabeças	475
16. DAS PENAS	476
16.1 Pena de Morte.....	476
16.2 Comunicação.....	476
16.3 Mínimos e Máximos Genéricos	476
16.4 Pena de até Dois Anos Imposta a Militar	476
16.5 Pena do Assemelhado e dos não Assemelhados.....	476
16.6 Pena Superior a Dois Anos Imposta a Militar	476
16.7 Pena Privativa da Liberdade Imposta a Civil	476
16.8 Cumprimento em Penitenciária Militar	476

Sumário

16.9 Pena de Impedimento.....	476
16.10 Pena de Suspensão do Exercício do Posto, Graduação, Cargo ou Função.....	476
16.11 Caso de Reserva, Reforma ou Aposentadoria	476
16.12 Pena de Reforma.....	476
16.13 Superveniência de Doença Mental.....	476
16.14 Tempo Computável	477
16.15 Transferência de Condenados.....	477
17. DA APLICAÇÃO DA PENA.....	478
17.1 Fixação da Pena Privativa de Liberdade.....	478
17.2 Determinação da Pena.....	478
17.3 Circunstâncias Agravantes	478
17.4 Reincidência	478
17.5 Circunstâncias Atenuantes.....	478
17.6 Quantum da Agravação ou Atenuação	478
17.7 Mais de Uma Agravante ou Atenuante	478
17.8 Concurso de Agravantes e Atenuantes.....	478
17.9 Majorantes e Minorantes.....	479
17.10 Pena-Base	479
17.11 Criminoso Habitual ou Por Tendência	479
17.12 Concurso de Crimes.....	479
17.13 Crime Continuado.....	479
17.14 Limite da Pena Unificada.....	479
17.15 Penas Não Privativas de Liberdade	479
17.16 Revogação Obrigatória e Facultativa	480
17.17 Perda de Posto e Patente.....	480
17.18 Exclusão das Forças Armadas.....	481
17.19 Perda da Função Pública.....	481
17.20 Inabilitação Para o Exercício de Função Pública.....	481
17.21 Suspensão do Pátrio Poder, Tutela ou Curatela.....	481
17.22 Suspensão dos Direitos Políticos	481
18. DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA.....	482
18.1 Medidas de Segurança Pessoais.....	482
18.2 Medidas de Segurança Patrimoniais	482
19. DA AÇÃO PENAL.....	483
20. DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE.....	484
20.1 Prescrição da Ação Penal	484
20.2 Prescrição da Execução Penal.....	484
20.3 Prescrição no caso de Reforma ou Suspensão de Exercício	485
20.4 Reabilitação.....	485

21. CRIMES MILITARES EM TEMPO DE PAZ	486
21.1 Dos Crimes Contra a Segurança Externa do País	486
21.2 Crimes Contra a Autoridade ou Disciplina Militar	488
22. CRIMES MILITARES EM TEMPO DE PAZ	494
22.1 Crimes Contra o Serviço Militar e o Dever Militar	494
23. CRIMES MILITARES EM TEMPO DE PAZ	497
23.1 Crimes Contra a Pessoa	497
24. CRIMES MILITARES EM TEMPO DE PAZ	503
24.1 Crimes Contra o Patrimônio	503
25. CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR	507
25.1 Lei de processo penal militar e da sua aplicação	507
25.2 Polícia judiciária militar	507
25.3 Inquérito policial militar	508
25.4 Ação penal militar e do seu exercício	511
25.5 Processo penal militar em geral	511
25.6 Auxiliares do juiz	511
25.7 Peritos e intérpretes	512
25.8 Partes	512
25.9 Acusado, seus defensores e curadores.....	513
25.10 Denúncia	514
25.11 Competência em geral	515
25.12 Competência pelo lugar da infração	515
25.13 Competência pelo lugar da residência ou domicílio do acusado	515
CONHECIMENTO ESPECÍFICO	516
1. LC Nº 194/2012 - ESTATUTO DA PMRR	517
1.1 Generalidades.....	517
1.2 Obrigações e deveres militares.....	523
1.3 Direitos e prerrogativas dos militares estaduais.....	526
1.4 Disposições diversas	533
2. LC Nº 51/2001 - CARREIRA, REMUNERAÇÃO E O QUADRO DE ORGANIZAÇÃO DA PMRR.....	541
2.1 Disposições preliminares	541
2.2 Carreira	541
2.3 Remuneração dos policiais militares.....	541
2.4 Descontos	541
2.5 Limites da remuneração e dos proventos	542
3. LC Nº 81/2004 - MODIFICA A LC Nº 027/1998	543
3.1 Instituição, destinação e competência	543

Sumário

3.2 Organização básica da polícia militar	543
3.3 Pessoal	547
4. LEI Nº 963/2014 - CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA DA PMRR	548
4.1 Disposições gerais e deontologia militar	548
4.2 Deontologia militar.....	549
4.3 Abrangência desta lei e competência para sua aplicação	551
4.4 Transgressões disciplinares	552
4.5 Punições disciplinares.....	556
4.6 Comportamento	559
4.7 Recompensas.....	559
4.8 Recurso disciplinar.....	560
4.9 Processo regular	560
4.10 Disposições finais e transitórias	561
5. CONSTITUIÇÃO ESTADUAL	562
5.1 Organização político-administrativa	562
5.2 Processo legislativo	562
5.3 Atribuições do governador.....	562
5.4 Competência do governador	563
5.5 Tribunal de justiça	563
5.6 Segurança pública	564
5.7 Polícia militar	564
6. LC Nº 226/2014.....	565
7. LC Nº 224/2014 - SISTEMA REMUNERATÓRIO DA PMRR.....	568
7.1 Sistema remuneratório.....	568
7.2 Disposições finais e transitórias	570
QUESTÕES	572
1. QUESTÕES	573